O México del cambio e os impactos do 11 de setembro para sua política externa

The “Del Cambio” Mexico and the impacts of September 11th on its foreign policy

Amanda Eloisa Terra¹

RESUMO

O Estado mexicano apresentou, desde a sua formação no século XIX, períodos de avanços e retrocessos quanto à sua história e política externa. Com relação à condução do Estado, após 70 anos do Partido Revolucionário Institucional no poder, a ascensão, em 2000, de Vicente Fox Quesada à presidência do Partido de Ação Nacional (PAN) consolidou o processo de alternância e reformulação da política externa. Nesse sentido, o presente artigo analisa a política externa de Fox no que se refere aos objetivos traçados quanto aos Direitos Humanos; a intensificação das relações com a América Latina e Europa; a aproximação aos Estados Unidos e a participação mexicana mais ativa nos foros multilaterais. O artigo se preocupa, resumidamente, em entender a dinâmica seguida pela política externa de Fox antes e após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Palavras-chaves: México; Vicente Fox; Política Externa; Atentados de 11 de setembro de 2001.

ABSTRACT

The Mexican State has experienced since its formation in the nineteenth century periods of progress and retreat in its history and foreign policy. Regarding the conduction of the state, after 70 years of Institutional Revolutionary Party in power, the rise, in 2000, of Vicente Fox Quesada, of the National Action Party (PAN), to the presidency cemented the rotation and reformulation process on foreign policy. Following this line, the present article aims to analyze Fox's foreign policy in aspects such as the established objectives regarding human rights; the strengthening of relations with Latin America and Europe; his approach to the United States and the most effective Mexican participation in multilateral forums. In summary, this article intends to briefly to understand the guidelines followed by Fox's foreign policy before and after the attacks of September 11, 2001.

Palavras-chaves: Mexico; Vicente Fox; Foreign Policy; September 11th Attacks.

¹ Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).
E-mail: amandaeloisaterra@gmail.com.

O Estado Mexicano apresentou, desde a sua formação no século XIX, períodos de avanços e retrocessos quanto à sua história e política externa. Singularizam esses momentos os largos períodos de autoritarismo e as tentativas de democratização, as crises econômicas e, majoritariamente, na década de 1990, a adesão ao modelo econômico neoliberal. Em se tratando da agenda externa, cabe destacar, ainda, a relação com os Estados Unidos e a influência deste sobre o Estado mexicano, tornou-se uma das permanentes pautas de política externa mexicana.

Em relação à condução do Estado mexicano e de sua política externa, desde a década de 1930, assistiu-se à predominância do Partido Revolucionário Institucional. Com a ascensão de Vicente Fox Quesada, do Partido de Ação Nacional (PAN), à presidência do México, em 2000, consolidou-se o processo de alternância e reformulação da política externa em busca de uma posição que fornecesse maior destaque no cenário internacional. Com metas ambiciosas para a agenda externa que demandavam certa estabilidade no cenário internacional e, por vezes, o comprometimento dos Estados Unidos, os atentados às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 e a consequente reorientação da postura dos Estados Unidos no Sistema Internacional representaram um ponto de inflexão para o recém-eleito presidente Fox.

Nesse contexto, o presente artigo analisa a política externa de Fox no que se refere aos objetivos traçados quanto aos Direitos Humanos; a intensificação das relações com a América Latina e Europa; a aproximação aos Estados Unidos e a participação mais ativa nos foros multilaterais. O artigo está dividido em três seções. Primeiramente, realiza-se uma breve contextualização histórica acerca das relações e da agenda externa mexicana, com base nos princípios que a orientaram. Posteriormente, apresentam-se os objetivos de política externa traçados no início da gestão de Fox

e seus resultados. Na última seção, por sua vez, apresenta-se o impacto dos atentados de 11 de setembro de 2001 em relação a essas metas. O artigo não esgota todas as interpretações a respeito, mas se preocupa em entender a dinâmica seguida pela política externa de Fox antes e após os atentados de 11 de setembro de 2001. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com base em fontes primárias, majoritariamente pela análise de discurso, e fontes secundárias, principalmente de artigos acadêmicos.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA AGENDA EXTERNA MEXICANA

Mais do que por uma determinação geográfica, o poderio estadunidense tornou as relações México-Estados Unidos importante pauta na agenda externa do Estado mexicano. Com um vínculo marcado pela desconfiança (MANAUT, 2006), o receio em relação ao vizinho ao norte tem suas origens na década de 1830, quando do apoio norte-americano aos independentistas do Texas. Essa concepção se reforçou na década de 1840 com a Guerra Mexicano-Americana², que custou grande parte do território mexicano. Os Estados Unidos, por sua vez, elevam sua desconfiança ao nível estrutural, desconfiando não apenas do Estado, mas também “de suas instituições, de seu governo e de sua estrutura social e apontam a ineficiência, a corrupção e a incapacidade de sua economia em reter a população”³ (MANAUT, 2006, p. 141, tradução nossa).

Nesse sentido, as constantes intervenções externas sofridas no século XIX basearam um dos principais fundamentos da política externa mexicana: o respeito absoluto à soberania. Desse princípio derivaram-se duas doutrinas, a Carranza e a Estrada. Quanto à primeira, sob pretexto algum devia-se intervir nos assuntos internos de outros Estados; em relação à segunda, com base na igualdade entre as nações reaf-

² A Guerra Mexicano-Americana consistiu em uma das primeiras empreitadas dos Estados Unidos sob o argumento do Destino Manifesto, a partir do qual teria o direito de expandir suas fronteiras pela América. O conflito durou dois anos e resultou na ampliação de 25% do território estadunidense, enquanto o México perdia cerca de metade do seu.

³ “de sus instituciones, de su gobierno y de su estructura social, y señala la ineficacia, la corrupción y la incapacidad de su economía para retener a la población” (MANAUT, 2006, p. 141).

irmava-se direito à autodeterminação dos povos (FLORES; PÉREZ, 2010). Dessa forma, a diplomacia do Estado mexicano limitar-se-ia frente a outros Estados a manter ou retirar seus agentes diplomáticos quando julgasse necessário. Essas doutrinas permearam a política externa mexicana do período pós-revolucionário (1920-1940) até o início do século XXI, quando seriam parcialmente abandonadas.

No âmbito político, a ascensão do Partido Revolucionário Institucional (PRI), em 1929, registrou o início de uma nova etapa na história mexicana. A perpetuação no poder por cerca de 70 anos singularizou esse período com sucessivas acusações de fraude nas eleições e demonstrações de insatisfação interna. Em relação à política externa, como afirma Quesada:

Existiram períodos de passividade, mas também momentos ativos e brilhantes, como a manutenção das relações diplomáticas com a República Espanhola, a rejeição ao isolamento de Cuba, a ruptura das relações com o regime de Pinochet no Chile e o repúdio ao apartheid na África do Sul (QUESADA, 2002, p. 224).

De forma complementar, cabe ressaltar que:

As administrações priístas também recorreram a uma política externa legalista e com base nos princípios tradicionais para se mostrar condescendentes frente aos grupos nacionalistas e assim poder manter a estabilidade do sistema político. Os principais exemplos eram os Estados Unidos e Cuba. O PRI apoiava o regime de Castro para evitar que Cuba financiara grupos subversivos no México. Quanto aos Estados Unidos, tratava de manter certa autonomia para avivar o sentimento nacionalista no interior⁴ (FLORES, 2008, p. 87, tradução nossa).

Especificamente entre a década de 1970 e o início dos anos 1980, em consonância com os movimentos e debates acadêmicos que se apresentavam na América Latina quanto à busca por maior margem da manobra, a política externa

mexicana se pautou no paradigma de “potência média”⁵, com vistas a obter maior autonomia principalmente frente aos Estados Unidos.

Contudo, a partir desse momento, a política externa mexicana buscou se aproximar dos interesses políticos estadunidenses, desempenhando um “baixo perfil independente e um alto perfil em temas internacionais que interessam à potência em relação a determinados países, como Cuba e Venezuela”⁶ (BERNAL-MEZA, 2007, p. 32, tradução nossa). Ainda, a crise da dívida externa em 1982 desencadeou uma série de transformações na economia mexicana, principalmente no que tange ao tipo de relacionamento político e econômico que plantearia frente aos Estados Unidos.

O contexto oferecido pela nova ordem mundial, na década de 1990, aprofundaria essas transformações. Com o fim da Guerra Fria, a dissolução da União Soviética e a vitória dos Estados Unidos e, por conseguinte, do capitalismo e do liberalismo como forma de organização e sistema econômico, as margens de manobra do Estado mexicano se encontrariam ainda mais recortadas. A partir desse momento, mais do que nunca, a proximidade geográfica se fez sentir e com ela todo o *hard e soft power* estadunidense. De forma complementar, a economia mexicana se atrelava cada vez mais aos Estados Unidos.

Nesse sentido, a conformação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994, entre os Estados Unidos, México e Canadá, representou a busca de entendimento entre os Estados Unidos e o México (MANAUT, 2006), além de concretizar a necessidade de reformas econômicas por parte do então presidente Carlos Salinas de Gortari. Contudo, ainda que o México tenha se fortalecido economicamente a partir da sua consolidação, intensificou-se notadamente o nível de dependência em relação aos Estados Unidos. Além disso, o acordo de livre

⁴ Las administraciones priístas también recurrieron a una política exterior legalista y principista para mostrarse condescendientes frente a los grupos nacionalistas y así poder mantener la estabilidad del sistema político. Los principales ejemplos eran Estados Unidos y Cuba. El PRI apoyaba al régimen de Castro para evitar que Cuba financiara grupos subversivos en México. Frente a Estados Unidos, trataba de mantener cierta autonomía para avivar el sentimiento nacionalista en el interior (FLORES, 2008, p. 87).

⁵ O termo “potência média” se refere a uma categoria de países que possuem determinados atributos de poder. Esses atributos, por sua vez, permitem a esses países desempenharem certos papéis vinculados principalmente às suas posições entre os grandes e pequenos (BERNAL-MEZA, 2007).

⁶ “bajo perfil independiente y un alto perfil en los temas internacionales que interesan a la potencia en relación con determinados países, tal Cuba y Venezuela” (BERNAL-MEZA, 2007, p. 32).

comércio modificou não apenas a estrutura de importação e exportação, “mas também a forma que se concebia o México no mundo: a identidade norte-americana pesava mais que antes, em detrimento da correspondente à América Latina”⁷ (FLORES; PÉREZ, 2010, p. 98, tradução nossa).

A partir de 1994, com Ernesto Zedillo do PRI frente à presidência, o processo de liberalização econômica e privatizações tiveram continuidade. Além disso, Zedillo implementou uma série de reformas políticas no ímpeto de recuperar o prestígio do partido. Foram justamente as medidas visando à maior transparência no processo eleitoral que possibilitaram o fim da hegemonia do PRI no poder em 2000⁸. Soma-se a isso a incapacidade do regime em reconhecer a nova ordem mundial que elevava a nível de prioridade na agenda internacional temas nos quais o México era deficitário, como democracia, transparência e direitos humanos (QUESADA, 2002).

PERÍODO DE ALTERNÂNCIA: A POLÍTICA EXTERNA DE VICENTE FOX

Com a assunção de Vicente Fox, do Partido Ação Nacional (PAN), à presidência no México em 2000, inaugura-se o período de alternância política – o México *del cambio*. Fox constituiu-se, desde 1929, no primeiro presidente não priísta e iniciou seu governo com um forte tom otimista no que tange às mudanças almejadas no sistema político e na situação econômica e social. Além disso, o “bônus democrático”⁹ concedeu ao México uma renovada legitimidade no âmbito internacional, apto a desenvolver um papel mais ativo em diversos foros (MUNÓZ, 2006).

Dessa forma, propunha-se uma política externa:

[...] proativa e diversificada, uma maior participação em organismos internacionais, uma ampliação do comércio exterior, a defesa dos direitos dos mexicanos que vivem no estrangeiro e um papel mais dinâmico das embaixadas e consulados do México. O PAN criticava a política externa priísta e reconhecia que as mudanças impostas pela realidade internacional não haviam sido aproveitadas devidamente pelo país¹⁰ (FLORES, 2008, p. 82-83, tradução nossa).

Além disso, a política externa era percebida também como um instrumento de consolidação da transição democrática. Segundo o próprio presidente:

[...] tanto o México que hoje impulsiona suas iniciativas nos fóruns multilaterais, quanto aquele que empreende um longo e fértil caminho de integração regional, é o México da alternância que desejava e deseja cada vez mais a maioria das mexicanas e mexicanos. E é esse o México da mudança, que tem a ambição de fazer de sua política exterior uma das chaves para o futuro bem sucedido do nosso país, assim como para a cooperação e a estabilidade em todo o nosso hemisfério (QUESADA, 2002, p. 228).

Fox e seu chanceler, Jorge Castañeda, buscaram implementar uma política de promoção e defesa dos Direitos Humanos que, além de traduzir no âmbito externo as necessidades de legitimidade verificadas no âmbito interno, constatadas nas urnas (CRUZ, 2005), relacionava-se à expectativa de projeção de uma renovada imagem do Estado mexicano ante a comunidade internacional. Nas palavras do próprio presidente, “O interesse internacional que tem despertado a transição política mexicana, assim como a nova legitimidade democrática que hoje desfruta

⁷ “sino la forma en que se concebía México en el mundo: la identidad norteamericana pesaba más que antes, en detrimento de la correspondiente a América Latina” (FLORES; PÉREZ, 2010, p. 98).

⁸ Cabe destacar outros fatores de ordem interna, como o aprofundamento do empobrecimento das classes mais baixas, de forma particular, do campesinato. As distorções no setor agrícola somadas às deficiências na infraestrutura e no financiamento dessas atividades tornaram essa atividade não rentável. Assim, ao não se constituir mais na base de apoio do regime, esse setor também influenciou na deterioração do PRI (BERNAL-MEZA, 2007).

⁹ O bônus democrático se refere aos méritos oriundos do processo de transição para a democracia depois de 70 anos de autoritarismo (MUNÓZ, 2006).

¹⁰ [...] proactiva y diversificada, una mayor participación en organismos internacionales, una ampliación del comercio exterior, la defensa de los derechos de los mexicanos que viven en el extranjero y un papel más dinámico de las embajadas y consulados de México. El PAN criticaba la política exterior priísta y reconocía que los cambios impuestos por la realidad internacional no habían sido aprovechados debidamente por el país (FLORES, 2008, p. 82-83).

o país, devem servir como veículo para levar ao exterior uma visão do México renovado”¹¹ (FOX, 2001, tradução nossa).

Embora diversas políticas domésticas quanto a esse tema já tivessem sido implementadas durante o governo de Gortari e Zedillo devido às pressões internacionais, Fox “coroaria essas mudanças prévias, [...] com a implantação de uma política ativa de promoção dos direitos humanos estabelecida como objetivo central da política externa” (BERNARDI, 2010, p. 369).

Nesse sentido,

“[...] o governo deixou de negar que o país teve problemas importantes de direitos humanos e negou-se a seguir se apoiando nos princípios de respeito à soberania e não intervenção para evitar o monitoramento e a crítica internacional. Pelo contrário, se comprometeu publicamente a assumir o déficit em direitos humanos (particularmente investigando as violações do passado) e aceitou abertamente o monitoramento, a crítica e o assessoramento de atores internacionais (intergovernamentais e não governamentais)”¹² (MUÑOZ, 2006, p. 32, tradução nossa).

Cabe destacar que a incisiva postura afetou as relações externas mexicanas. Especificamente, a América Latina se tornou palco direto dessa atuação, uma vez que se propunha “a desempenhar um papel vigoroso e ativo na promoção e aprofundamento da democracia na região, o que permitirá garantir a paz e a segurança na América Latina”¹³ (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO, 2001, tradução nossa). Ademais, o programa implementado pela gestão de Fox “indicou que o PRI havia aplicado inadequadamente ou mal interpretado o princípio de não intervenção”¹⁴ (CRUZ, 2005, p. 93, tradução nossa). Nesse sentido, o México deixou de entender o tema de Direitos Humanos como

questão de âmbito interno e votou contra Cuba na Organização das Nações Unidas (ONU).

Com base nesse postulado, a administração de Fox solicitou à ONU o envio de relatórios de Direitos Humanos, num claro sinal de comprometimento com o tema, seja no âmbito interno quanto externo. Aderiu-se, ainda, à Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA). O sucesso em alterar, ante a comunidade internacional, a imagem que prevalecera nos 70 anos anteriores ficou evidente quando o México foi eleito para presidir o recém-criado Conselho dos Direitos Humanos da ONU. O reconhecimento externo provinha, então, não apenas de outros Estados e organismos governamentais, mas também de organismos como o Human Rights Watch.

Embora não se constituísse em uma novidade¹⁵, outro tema abordado pela agenda externa de forma prioritária foi a pretensão de intensificar as relações com a América Latina e Europa. Em busca de consolidar a diversificação das relações internacionais do México, a América Latina assumiu o status de prioridade no discurso de Fox, visando assim ampliar as margens de manobra por meio da intensificação dos contatos bilaterais e regionais (MUÑOZ, 2003). Essa posição derivou do fato de que:

Tanto por razões históricas como geográficas, a América Latina sempre teve um lugar importante nas agendas de política externa de nosso país. No caso da administração foxista, a América Latina se constituiu, ao menos no plano discursivo, em uma prioridade de sua atenção externa, através da busca do fortalecimento dos esquemas de coordenação e diálogo político e a promoção de intercâmbios econômicos, comerciais e culturais com a região¹⁶ (MUÑOZ, 2003, p. 38, tradução nossa).

¹¹ “El interés internacional que ha despertado la transición política mexicana, así como la nueva legitimidad democrática que hoy disfruta el país, deben servir como vehículo para llevar al exterior una visión de un México renovado” (FOX, 2001).

¹² [...] el gobierno dejó de negar que el país tuviera problemas importantes de derechos humanos y renunció a seguir escudándose en los principios de respeto a la soberanía y no intervención para evitar el monitoreo y la crítica internacional. Por lo contrario, se comprometió públicamente a asumir el déficit en derechos humanos (particularmente investigando las violaciones del pasado) y aceptó abiertamente el monitoreo, la crítica y la asesoría de actores internacionales (intergubernamentales y no gubernamentales) (MUÑOZ, 2006, p. 32).

¹³ “a desempeñar un papel vigoroso y activo en la promoción y profundización de la democracia en la región, lo cual permitirá garantizar la paz y la seguridad en América Latina” (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO, 2001, p. 41-42).

¹⁴ “indicó que el PRI había aplicado inadecuadamente o malinterpretado el principio de no intervención” (CRUZ, 2005, p. 93).

¹⁵ A busca pela diversificação das relações políticas, econômicas e sociais com a América Latina e Europa se constituiu pauta da agenda externa mexicana sob diversos governos, principalmente como forma de contrabalançar a presença dos Estados Unidos (SANDOVAL, 2008).

Mesmo tendo por origem se apresentado de forma frágil¹⁷, por meio desse objetivo, almejou-se aprofundar as relações econômicas como meio de diversificação das exportações, que, por sua vez, dar-se-ia de forma paralela à integração econômica, já concretizada com os Estados Unidos e Canadá – o NAFTA (MUÑOZ, 2003). Especificamente quanto à América Latina, apesar de um discurso presidencial que anunciava intenções de fortalecer o diálogo e a coordenação política, bem como o fortalecimento do intercâmbio comercial e cultural, efetivamente verificou-se apenas a continuidade da liberalização comercial (BERNAL-MEZA, 2007).

Ainda, apesar dos acordos de livre comércio firmados desde a década de 1990 com o Chile, Colômbia, Venezuela, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Guatemala e Bolívia, “[...] a tentativa de fortalecer os vínculos comerciais com os países latino-americanos se confrontou com a realidade de um intercâmbio marginal, de menos de 5%”¹⁸ (BERNAL-MEZA, 2007, p. 46, tradução nossa).

Em relação à Europa, foi o Acordo de Livre Comércio (TLCUEM)¹⁹ que pautou a relação entre os Estados. Embora esse acordo tenha representado um aumento nas exportações mexicanas, o déficit comercial aumentou consideravelmente, tornando o acordo mais positivo para os europeus. Além disso, de forma geral, o acordo não tornou efetivo o processo de diversificação comercial, uma vez que correspondeu a apenas 4% do total de exportações, enquanto a América do Norte foi destino de 90%. Apesar disso, sem dúvida, o período registrou um fortalecimento

no diálogo político, uma vez o TLCUEM acarretou a institucionalização das relações bilaterais (FLORES, 2008). Ainda assim, aponta-se resumidamente que:

[...] a estratégia da política externa do governo de Vicente Fox em relação à Europa e América Latina foi inadequada e se limitou a repetir uma e outra vez que se deveria diversificar, ainda que nunca se tenha dito quando nem através de quais meios (SANDOVAL, 2002 apud SANDOVAL, 2008, p.72, tradução nossa).

Além de se referir à América Latina e à Europa, Fox aludiu à necessidade de incrementar as relações com os Estados Unidos e Canadá – ainda que a agenda tenha sido predominantemente pautada pela relação com a o primeiro. Dessa forma, Fox incluiu na agenda bilateral temas como o narcotráfico, o aprofundamento do NAFTA e, especificamente, a questão migratória. Assim, “Os principais objetivos de Vicente Fox foram a negociação de um acordo migratório bilateral, a eliminação do processo de certificação e a possibilidade de criar fundos e permitir o livre movimento da mão de obra na América do Norte”²⁰ (FLORES, 2008, p. 93, tradução nossa).

Contribuiu para essa expectativa o crédito, em matéria de negociação, recebido automaticamente por Fox ao marcar o processo transitório, além da chegada do republicano George W. Bush à presidência nos Estados Unidos. A percepção de uma suposta afinidade ideológica derivada da natureza conservadora de ambos os governos levou a gestão de Fox a perceber o momento como ideal²¹ para a proposta de um acordo migratório

¹⁶ Tanto por razones históricas como geográficas, América Latina siempre ha tenido un lugar importante en las agendas de la política exterior de nuestro país. En el caso de la administración foxista, Latinoamérica se constituyó, al menos en el plano discursivo, en una prioridad de su actuación externa, a través de la búsqueda del fortalecimiento de los esquemas de concertación y diálogo político y el impulso de los intercambios económicos, comerciales y culturales con la región (MUÑOZ, 2003, p. 38).

¹⁷ Caracteriza-se o objetivo de diversificação com a América Latina e Europa como frágil devido a alguns fatores. Em relação aos aspectos econômicos, numa época em que as exportações mexicanas para os Estados Unidos alcançavam cerca de 90% do total, apenas uma estratégia consistente poderia iniciar esse processo de reversão. Contudo, como afirma Sandoval (2008), a estratégia de diversificação permaneceu no discurso. Na prática, não se estabeleceu os meios para se alcançá-la, assim, as trocas comerciais com essas regiões permaneceram com percentuais ínfimos.

¹⁸ “[...] el intento por fortalecer los vínculos comerciales con los países latinoamericanos se confrontó a la realidad de un intercambio muy marginal, de menos del 5%” (BERNAL-MEZA 2007, p. 46).

¹⁹ O *Acuerdo de Libre Asociación Económica, Concertación Política y Cooperación* firmado entre a União Europeia e o México entrou em vigor em 1º de julho de 2000, fruto das negociações iniciadas pelo presidente Ernesto Zedillo em sua gestão (1994-2000).

²⁰ “Los principales objetivos de Vicente Fox fueron la negociación de un acuerdo migratorio bilateral, la eliminación del proceso de certificación y la posibilidad de crear fondos y permitir el libre movimiento de mano de obra en América del Norte” (FLORES, 2008, p. 93).

integral. Dessa forma, “Se pensou que o México poderia ser uma prioridade na agenda de política externa estadunidense e que de forma concreta, se poderia conseguir um “acordo migratório integral”; a famosa “*enchilada completa*”, o objetivo principal da política externa mexicana desse governo”²² (MUÑOZ, 2006, p. 33, tradução nossa).

Essa proposição se sustentou no intuito de incluir pautas que não foram abordadas nas tratativas que deram origem ao NAFTA, uma vez que, nesse âmbito, priorizaram-se questões que envolvessem o livre comércio. Apesar de bastante ambiciosa, a pretensão mexicana correspondeu ao contexto de uma relação de interdependência complexa que envolve o México, Estados Unidos e Canadá (SANDOVAL, 2008). Em suma, o projeto da *enchilada completa* traduzir-se-ia em um TLCAN PLUS, o qual, baseado na integração que originou a União Europeia, pleiteava:

- 1) A melhora no tratamento dos imigrantes mexicanos, ampliando o acesso aos vistos e a regularização de sua situação migratória; 2) ajudar a reduzir a migração irregular por meio da cooperação bilateral no combate às organizações criminais dedicadas ao tráfico de pessoas, assim como salvar vidas ao prevenir e evitar travessias fronteiriças perigosas; 3) construir conjuntamente uma região fronteiriça viável; e 4) direcionar as políticas de desenvolvimento para as comunidades emissoras e fortalecer a economia mexicana, com o fito de reduzir a pressão migratória²³ (GRUPO MÉXICO-ESTADOS UNIDOS SOBRE MIGRAÇÃO, 2001 apud SANDOVAL, 2008, p. 70, tradução nossa).

Contudo, prevaleceu a discrepância entre as concepções à luz das quais o tema foi abordado,

uma vez que o “México necessita da válvula de escape da fronteira norte para sua população demandante de emprego, enquanto os Estados Unidos defendem o controle de sua fronteira sul para regular e reduzir os fluxos migratórios”²⁴ (MANAUT, 2006, p. 148, tradução nossa). Dessa forma, a proposta que incumbia os Estados Unidos de desenvolverem políticas que diminuíssem as disparidades não obteve respaldo de Washington.

Não menos relevante foi a intenção de aumentar a participação mexicana em foros multilaterais. Nesse sentido, esse objetivo se fundamentou na busca em ocupar, na esfera internacional, um lugar que correspondesse ao de um país com tal tamanho e capacidade econômica (MUÑOZ, 2006). Em compasso com a nova ordem que processava com o fim da Guerra Fria e convicto de que a transição política – com o respaldo da nova imagem democrática ante o cenário internacional – concedia ao Estado mexicano o direito a um papel reconhecido no cenário internacional, Fox buscou tornar o México parte do Conselho de Segurança da ONU, como membro não permanente. Após uma intensa campanha, em janeiro de 2002, com 138 votos favoráveis, o Estado mexicano ingressou ao Conselho. Tal fato representou um êxito dentro da diplomacia mexicana (FLORES, 2008).

Além disso, o governo de Fox atuou na ONU com base em uma política que impulsionava reformas com base no binômio segurança-desenvolvimento. Outra pauta levantada nesse âmbito foi a de tornar os principais órgãos mais democráticos, principalmente o Conselho de Segurança. Nessa linha de atuação, o México se tor-

²¹ A literatura traz a noção de momento oportuno devido ao fato de que, diferentemente de outros presidentes, George W. Bush ascendeu à presidência convicto de que a relação com o México deveria ser uma prioridade, em parte interessado no voto latino – especialmente de origem mexicana – que exerceria influência no seu futuro político. Soma-se a isso as visitas recíprocas entre Bush e Fox logo da ascensão à presidência do último (SANDOVAL, 2008).

²² “Se pensó que México podría ser una prioridad en la agenda de política exterior estadounidense y que, en concreto, podría conseguirse [...] la famosa ‘enchilada completa’, el objetivo número uno de la política exterior mexicana del sexenio” (MUÑOZ, 2006, p. 33).

²³ 1) La mejora del trato hacia los migrantes mexicanos, ampliando el acceso a las visas y a la regularización de su situación migratoria; 2) ayudar a reducir la migración indocumentada por medio de la cooperación bilateral en el combate a las organizaciones criminales dedicadas al tráfico de personas, así como salvar vidas al prevenir y evitar cruces fronterizos peligrosos; 3) construir conjuntamente una región fronteriza viable; y 4) enfocar las políticas de desarrollo hacia las comunidades emisoras y fortalecer la economía mexicana, con el fin de reducir la presión migratoria (GRUPO MÉXICO-ESTADOS UNIDOS SOBRE MIGRAÇÃO, 2001 apud SANDOVAL, 2008, p. 70).

²⁴ “México necesita la ‘válvula de escape’ de la frontera norte para una población demandante de empleo, mientras que EEUU defiende el control de su frontera sur para regular y reducir los flujos migratorios” (MANAUT, 2006, p. 148).

nou um dos fundadores do Conselho de Direitos Humanos, criado em 2005.

A ampliação da atuação mexicana se tornou evidente quando o país foi sede de eventos como a Cúpula das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em 2002; a Cúpula do Mecanismo de Cooperação Ásia-Pacífico (APEC), em 2002; a V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2003; etc. Tal posição se justificava uma vez que:

Pela sua localização geográfica e seus estreitos vínculos com os Estados Unidos, nosso país [México] não pode se propor a equilibrar sua política externa mediante outro esforço bilateral, dando maior peso a outro país ou região, uma vez que este teria necessariamente um efeito limitado dada a assimetria de nossa relação e a posição hegemônica dos Estados Unidos no sistema internacional. A única forma pela qual nosso país pode realmente equilibrar sua agenda de política externa e seus interesses no exterior é desenvolvendo uma atividade mais intensa no cenário multilateral²⁵ (CASTAÑEDA apud MUÑOZ, 2003, p. 41, tradução nossa).

Ou seja, buscou-se tanto equilibrar a onipresença estadunidense em relação à política e agenda externa mexicana como desenvolver um papel ativo em atividades e foros entendidos como coincidentes com a nova posição que se procurava assumir no cenário internacional.

O IMPACTO DOS ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 NA POLÍTICA EXTERNA MEXICANA

Além de os atentados de 11 de setembro de 2001 iniciarem uma nova forma de ameaça à segurança internacional, com a securitização de diversos temas e dando início à Guerra ao Terror, em relação ao Estado mexicano, os atentados representaram um dos maiores pontos de inflexão em relação aos objetivos estabelecidos

para a política externa. Não só os Estados Unidos adotavam uma nova postura quanto a diversos temas, mas toda a comunidade internacional reconsiderava sua atuação em diversos âmbitos, o que, em maior ou menor medida, afetava os interesses mexicanos. Há pouco mais de meio ano no poder e de ter iniciado seu projeto de política externa, Fox deparou-se com uma situação sem precedentes.

Nesse sentido, embora o México tenha obtido sucesso em projetar uma nova imagem em compasso com a promoção da democracia e dos Direitos Humanos, a tentativa de diversificação com a América Latina e a Europa – objetivo frágil por origem – encontrou-se ainda mais inviabilizado, principalmente no que tange à Europa. Na América Latina, além da crise interna verificada em países como a Argentina ou a incipiente recuperação econômica verificada no Brasil, o contexto conduziu a percepção do México como um competidor em matéria econômica (SANDOVAL, 2008).

À parte dos aspectos econômicos, assistiu-se a um paulatino afastamento político, principalmente no que diz respeito à América do Sul. Entre as principais causas estão o alinhamento do México às políticas de segurança dos Estados Unidos, os enfrentamentos diplomáticos com os países da Bacia do Caribe, e a própria luta interna entre as forças políticas e as diferenças ideológicas entre o governo de Fox e de alguns países da região, como Cuba e Venezuela.

Quanto à primeira, o desentendimento incluiu as críticas de Castro ao alinhamento mexicano aos Estados Unidos e a expulsão do embaixador de Cuba do México, o que seria revertido meses mais tarde. Em relação à Venezuela, as fricções também derivaram da crítica de Chávez quanto à submissão do México aos Estados Unidos, resultando na retirada dos respectivos embaixadores em cada país (FLORES, 2008).

²⁵ Por su ubicación geográfica y sus estrechos vínculos con Estados Unidos, nuestro país [México] no puede proponerse equilibrar su política exterior mediante otro esfuerzo bilateral, dando mayor peso a otro país o, incluso, región, toda vez que éste necesariamente tendría un efecto limitado, dada la asimetría de nuestra relación y la posición hegemónica de Estados Unidos en el sistema internacional. La única forma en que nuestro país puede realmente equilibrar su agenda de política exterior y sus intereses en el extranjero es desarrollando una actividad más intensa en el escenario multilateral (CASTAÑEDA, 2001 apud MUÑOZ, 2003, p. 41).

Com respeito à Europa,

[...] os atentados de 11 de setembro e as ações posteriores dos Estados Unidos puseram-na em uma situação difícil. Se falou de uma crise sem precedentes na relação transatlântica, mas também de uma crise muito profunda na construção europeia, uma vez que, frente à invasão do Iraque, a Europa se dividiu em dois justamente quando tinha uma extensão à porta²⁶ (SANDOVAL, 2008, p. 77, tradução nossa).

Em um contexto no qual a aproximação como meio de diversificação das exportações teve resultados incipientes e as relações políticas se limitaram ao escopo do Tratado de Livre Comércio, é possível arriscar uma ligação entre os atentados de 11 de setembro como um fator que contribuiu como um limitante para as relações bilaterais. Com novas preocupações e interesses para a agenda externa, as objeções mexicanas ficavam em segundo plano nesse cenário.

Com relação aos Estados Unidos, a nova realidade foi contundente. Se antes a relação bilateral parecia uma lua de mel (FLORES, 2008), a partir dos atentados de 11 de setembro “[...] essas [relações bilaterais] não apenas esfriaram, mas Washington se tornou obcecado em promover sua estreita agenda de segurança, praticamente ignorando por alguns anos o assunto migratório e o desenvolvimento do seu vizinho ao Sul”²⁷ (CRUZ, 2005, p. 97, tradução nossa). De uma agenda de segurança centrada no combate ao narcotráfico transitou-se para uma com enfoque na guerra ao terrorismo. Em suma, os atentados alteraram as prioridades estadunidenses, anulando a possibilidade de um acordo migratório integral, ainda que se possa argumentar que independentemente dos atentados, o acordo migratório integral nunca se constituiu em uma real possibilidade, não passando de um desejo unilateral do

Estado mexicano (MUÑOZ, 2007). Cabe ressaltar, ainda, as consequências da própria posição mexicana quanto ao tema, dado que:

[...] a incapacidade da elite política fez com que as negociações com o supervizinho não levassem em conta as duas coisas que o governo de George W. Bush deseja[va] escutar: que o México assume como próprias as necessidades estadunidenses em matéria de segurança e defesa e que se compromete a implementar uma estratégia de reativação econômica que possa reter a força de trabalho. [...] Como consequência disso, não apenas o 11 de setembro impactou a relação bilateral: as dificuldades se explicam também pela incapacidade do governo mexicano e o recrudescimento e o crescente conservadorismo de George W. Bush²⁸ (MANAUT, 2006, p. 148, tradução nossa).

De qualquer forma, tal posição deve ser relativizada, uma vez que preponderou uma clara divisão quanto ao tema nas instâncias do próprio governo e entre a opinião pública. Enquanto em alguns setores prevaleceu a complacência e o desejo de apoio em relação ao vizinho do Norte, outros setores se opuseram com base no argumento de que os Estados Unidos provocaram os atentados, principalmente por meio de suas políticas imperialistas. Nesse sentido, imperou em grande medida a percepção de que “o apoio aos Estados Unidos gera o risco de que o terrorismo converta o México em objetivo a ser atacado”²⁹ (MANAUT, 2006, p. 147, tradução nossa). Não menos relevante foi o fortalecimento da posição dos conservadores nos Estados Unidos quanto à questão migratória. Mais do que em qualquer outro momento, a migração foi percebida como um problema de segurança nacional (MANAUT, 2006).

Ainda, o ressentimento, por parte dos Estados Unidos, pela falta de apoio mexicano na Guerra do Terror foi latente, embora, mais tarde, o governo mexicano trataria de refazer as relações

²⁶ [...] los atentados del 11 de septiembre y las acciones posteriores de Estados Unidos la pusieron en una posición difícil. Se habló de una crisis sin precedente en la relación transatlántica, pero también de una crisis muy profunda en la construcción europea, toda vez que, frente a la invasión de Iraq, Europa se dividió en dos justo cuando tenía una ampliación en puerta (SANDOVAL, 2008, p. 77).

²⁷ “[...] no sólo ésta [relaciones bilaterales] se enfrió, sino que Washington se obsesionó en promover su estrecha agenda de seguridad, prácticamente desentendiéndose por unos años del asunto migratorio y del desarrollo de su vecino del Sur” (CRUZ, 2005, p. 97).

²⁸ [...] la incapacidad de la elite política hizo que las negociaciones con el supervicino no tomaran en cuenta las dos cosas que el gobierno de George W. Bush desea escuchar: que México asume como propias las necesidades estadounidense en materia de seguridad y defensa y que se compromete a implementar una estrategia de reactivación económica que logre retener a la fuerza de trabajo. [...] Como consecuencia de ello, no solo el 11 de septiembre ha impactado en la relación bilateral: las dificultades se explican también por la impericia del gobierno mexicano y el endurecimiento y el creciente conservadurismo de George W. Bush (MANAUT, 2006, p. 148).

²⁹ “el apoyo a EEUU genera el riesgo de que el terrorismo convierta a México en un objetivo a ser atacado” (MANAUT, 2006, p. 147).

apoiando as políticas de segurança traçadas por Washington (FLORES, 2008). Nesse sentido, seis meses após os atentados, México e Estados Unidos firmaram o Plano de Ação para a Cooperação sobre a Segurança Fronteiriça, documento que visava criar uma fronteira inteligente, modernizando a infraestrutura de modo a facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias entre ambos os Estados, mas que pouco se referiu às propostas originais mexicanas. Dessa mesma linha de ação derivou a Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (ASPAN), em março de 2005, na qual os três países (Estados Unidos, Canadá e México) comprometeram-se em fechar suas fronteiras para o terrorismo, o crime organizado, as drogas, o tráfico de pessoas e o contrabando e compartilhar informações dos seus respectivos sistemas de inteligência. Como se nota, o controle fronteiriço foi o tema predominante na relação bilateral desde então (CRUZ, 2005).

Quanto à questão migratória, os Estados Unidos adotaram medidas notadamente restritivas quando à fronteira ao sul, muitas vezes violando os Direitos Humanos dos imigrantes oriundos do México³⁰. O fato mais expressivo, contudo, foi a aprovação, em maio de 2005, da construção do muro ao longo da fronteira. Ainda,

Em setembro [de 2006], o Congresso estadunidense aprovou finalmente uma lei que autorizava a ampliação da construção do muro fronteiriço. No mesmo ano, o governo dos Estados Unidos autorizou o traslado de seis mil membros da Guarda Nacional para apoiar o trabalho da patrulha fronteiriça. Ou seja, Washington decidiu militarizar a fronteira para garantir a sua proteção³¹ (FLORES, 2008, p. 95, tradução nossa).

De qualquer forma, cabe ressaltar que houve avanços quanto ao tema do narcotráfico. Além de estar mais disposto aos enfoques multilaterais

como forma de abordagem no combate, Washington também suspendeu o processo de certificação de drogas. Contudo, apesar da aparente conciliação, a luta entre diferentes grupos narcotraficantes, que se apresentou de forma mais incisiva no final da gestão de Fox, tornou-se motivo de crítica por parte dos Estados Unidos quanto à ineficácia de Fox na luta contra o narcotráfico.

Por fim, embora tenha se alcançado a meta de intensificar a participação nos foros multilaterais, participando do Conselho de Segurança e sediado diversas cúpulas, o Estado mexicano não logrou influenciar efetivamente na construção de uma nova ordem global ao não possuir os atributos clássicos de poder, seja econômico ou militar. Ainda, quanto ao principal objetivo de compor o Conselho de Segurança na ONU, após os atentados, a posição de membro não permanente exigiu por parte do México uma posição e capacidade de decisão em temas sobre os quais o Estado não se encontrava preparado para decidir devido à própria tradição de não ingerência.

Tal inaptidão se evidenciou entre o final de 2002 e início de 2003, quando da decisão no âmbito da ONU sobre a invasão do Iraque. A diplomacia mexicana se encontrou em meio a um dilema no qual devia optar entre apoiar a proposta estadunidense de atacar o Iraque ou manter a posição tradicional de solução pacífica e não intervenção. Aqui, mais uma vez, assistiu-se à divisão da opinião pública entre as duas posições. Não menos relevante foi o fato de que “Os Estados Unidos inclusive ameaçaram o México com represálias caso não o apoiasse na guerra contra o Iraque”³² (FLORES, 2008, p. 89, tradução nossa). De forma mais crítica, infere-se a respeito desse episódio que:

Esse momento é revelador quanto à desorientação

³⁰ Exemplo disso foi a resolução aprovada no estado do Arizona, que impunha fim ao auxílio para a educação e saúde para as pessoas que não possuíam documentos.

³¹ En septiembre [de 2006], el Congreso estadounidense aprobó finalmente una ley que autorizaba la ampliación de la construcción del muro fronterizo. En el mismo año, el gobierno de Estados Unidos autorizó el traslado de seis mil miembros de la Guardia Nacional para apoyar el trabajo de la patrulla fronteriza. Es decir, Washington decidió militarizar la frontera para garantizar su protección (FLORES, 2008, p. 95).

³² “Incluso Estados Unidos amenazó a México con represalias si no lo apoyaba en la guerra contra Iraq” (FLORES, 2008, p. 89).

³³ Dicho momento es revelador de la desorientación de la política exterior mexicana: se buscaba que fuera más pragmática, más activa y más cercana [con Estados Unidos]; pero apoyar la invasión a otro país era totalmente contrario a los principios de soberanía y autodeterminación. Finalmente, no fue un argumento de relaciones internacionales el que dirimió la controversia; las cercanas elecciones, la posición de la opinión pública y la enorme necesidad que Fox tenía de votos y popularidad hicieron que se decidiera por negar el apoyo a los Estados Unidos (FLORES; PÉREZ, 2006, p. 99).

da política externa mexicana: buscava-se que fosse mais pragmática, mais ativa e mais próxima [aos Estados Unidos]; mas apoiar a invasão de outro país era totalmente contrário aos princípios de soberania e autodeterminação. Finalmente, não foi um argumento de relações internacionais que resolveu a controvérsia; a proximidade das eleições, a posição da opinião pública e a enorme necessidade que Fox tinha de votos e popularidade fizeram com que se decidisse por negar apoio aos Estados Unidos³³ (FLORES; PÉREZ, 2006, p. 99, tradução nossa).

De qualquer forma, a postura mexicana entre apoiar ou não a invasão não foi relevante em última instância. Antes que Fox tomasse uma decisão, os Estados Unidos assumiram o tema de forma unilateral e, juntamente com Grã-Bretanha e Espanha, atacaram o Iraque em março de 2003. Ficou evidente que, após os atentados, o tema que ameaçava a paz e a segurança impactava na posição e na relação entre o México e seu principal parceiro comercial, revelando, inevitavelmente, as limitações das pretensões mexicanas. Nesse sentido, avultava o fato que “Ainda em uma análise mais otimista, o México é apenas uma potência regional; jamais será uma potência global e, portanto, não tem interesses globais como os que se discutem no Conselho de Segurança”³⁴ (SANDOVAL, 2008, p. 75, tradução nossa).

Cabe ressaltar, por fim, que com a troca de ministro de Relações Exteriores, no início de 2003, após a renúncia de Jorge Castañeda e sua substituição por Luis Ernesto Derbez, a política externa recebeu um novo enfoque, por meio do qual priorizou-se realizar Tratados de Livre Comércio e tornar o México sede de diversas cúpulas internacionais. Exemplo disso foi a Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento em Monterrey, em março de 2002; a Cúpula do Mecanismo de Cooperação Ásia Pacífico em Cabos, em outubro de 2002; a V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Cancun, em setembro de 2003; a Cúpula Extraordinária das Américas em Monterrey, em janeiro de 2004; e a III Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia em Guadalajara, em maio de 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alternância política consolidada com a ascensão de Fox em 2000 e a disposição em reformular a política externa não foram suficientes para tornar efetivos os objetivos delineados no início de sua gestão. Isso porque as propostas lançadas dependiam, antes de tudo, das condições oferecidas pelo cenário internacional. Nesse sentido, assim como a conjuntura internacional influenciou na formulação dos objetivos da política externa no início do ano 2000 – o recente fim da Guerra Fria, a proximidade em relação aos Estados Unidos, a Europa em expansão –, a conjuntura verificada após os atentados de 11 de setembro de 2001 limitou a possibilidade de êxito do projeto de Fox.

Claramente o impacto dos atentados foi sentido em diferentes graus em cada Estado no Sistema Internacional. Em relação ao México, grande parte dos recém-traçados objetivos de política externa encontrou-se restringida e fadada ao insucesso. Como exposto acima, os atentados revelaram a incapacidade política em lidar com temas que se tornaram pauta constante no cenário internacional, como a questão da segurança. Evidenciava-se a tradição da política externa mexicana cuja agenda externa se manteve subordinada aos interesses econômicos e comerciais nas últimas décadas, o que, além de oferecer uma margem de manobra pequena ao Estado mexicano, cristalizou uma baixa liderança política a nível regional e internacional.

Assim, os resultados do período foram limitados. Mesmo temas a partir dos quais se possa inferir relativo sucesso – como em matéria de defesa dos Direitos Humanos –, esse êxito pode ser relativizado, posto que, ao mesmo tempo em que criticou Cuba sobre a violação desses direitos, o governo de Fox não fez nenhuma alusão às ações estadunidenses em território iraquiano ou afegão. De qualquer forma, cabe ressaltar que a defesa da democracia e dos Direitos Humanos não apenas caracterizou a reorientação da política externa, mas também rompeu com a

³⁴ “México, aun en el análisis más optimista, es apenas una potencia regional; jamás será una potencia global y, por tanto, no tiene intereses globales como los que se discuten en el Consejo de Seguridad” (SANDOVAL, 2008, p. 75).

tradicional posição mexicana em relação à não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, uma vez que, a partir de então, a defesa desse postulado a justificava.

Em suma, os atentados de 11 de setembro influenciaram de forma contundente sobre os objetivos de política externa do governo foxista ao trazerem para o cenário internacional novas pautas à agenda dos Estados. Nesse contexto, o governo de Fox não soube traçar, ou mesmo reformular, suas propostas e, principalmente, agir de forma pragmática. Assim, também contribuiu para o fracasso das metas externas a postura e as medidas assumidas pelo presidente, que geraram, por exemplo, um distanciamento político com áreas como a América Latina, historicamente relevante como fonte de coesão política regional para negociações multilaterais e importante área para diversificação comercial. Quanto aos Estados Unidos, perpetuou-se o alinhamento econômico, somando ao escopo deste o alinhamento às políticas de segurança, que, longe de um acordo migratório integral, receberam políticas mais austeras e a construção de um muro como resposta.

REFERÊNCIAS

- BERNAL-MEZA, Raúl. **México: treinta años de política exterior**. Carta Internacional, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 32-51, março 2007. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/nupri/arquivo.php?id=12>>. Acesso em: 22 julho 2016.
- BERNARDI, Bruno. Boti. **A Política Externa Mexicana de Direitos Humanos durante o Governo Fox (2000-2006): As estratégias de Lock-in e Sinalização**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 367-402, jul/dez 2010. Acesso em: 22 julho 2016.
- CRUZ, Arturo Santa. **La alternancia y la política exterior en México**. México y la Cuenca del Pacífico. Guadalajara, v. 8, n. 26, p. 92-97, set-dez 2005. Disponível em: <<http://www.mexicoylacuendadelpacifico.cucsh.udg.mx/sites/default/files/La%20alternancia%20y%20la%20pol%C3%ADtica%20exterior%20en%20M%C3%A9xico.pdf>>. Acesso em: 22 julho 2016.
- FLORES, Rafael Velázquez. **Balance General de la Política Exterior de México, 2000-2006**. Foro Internacional. Distrito Federal de México, v. XLVIII, n. 1-2, p. 81-122, jan-jun de 2008. Disponível em: <http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/Y64F13F6F4SI5HBSQQ5EP9V79J1VEB.pdf>. Acesso em: 23 julho 2016.
- FLORES, Maria de Loudez Ramírez; PÉREZ, Andrés Ruis. **La política exterior en México: breve evaluación de los últimos 3 años**. Fundación Rafael Preciado Hernández, Cidade do México, n. 186, p. 96-106, 2010. Disponível em: <http://www.fundacionpreciado.org.mx/biencomun/bc186/Lourdes_Andres.pdf>. Acesso em: 22 julho 2016.
- MANAUT, Raúl Benítez. **México-Estados Unidos: paradigmas de una inevitable y conflictiva relación**. Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 206, p. 140-155, nov-dez. 2006. ISSN 0251-3552. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3400_1.pdf>. Acesso em: 22 julho 2016.
- MUÑOZ, Alejandro Anaya. **La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox**. Sexenio en perspectiva, Cidade do México, p. 31-36, 2006. Disponível em: <<http://www.uia.mx/web/html/actividades/sexenio/LaPoliticaExterior.pdf>>. 22 julho 2016.
- MUÑOZ, Bibiana Gómez. **La política exterior del gobierno de Vicente Fox hacia América Latina**. El Cotidiano, Azcapotzalco, v. 19, n. 120, p. 37-44, jul-ago. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32512005>>. Acesso em: 22 julho 2016.
- QUESADA, Vicente Fox. **Alternância e política exterior no México: uma mensagem do Presidente**. Revista Brasileira de Política Internacional, Distrito Federal, v. 45, n. 2, p. 224-228, julho-dezembro 2002. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35845210>>. Acesso em: 22 julho 2016.

FOX, Vicente. **Líneas generales del PND**, 2001. Disponível em: <<http://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/55157.html>>. Acesso em: 22 julho 2016.

SANDOVAL, Érika Ruiz. **La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox: mucho discurso y pocas nueces**. Foro Internacional, Toluca de Lerdo, v. XLVII, n. 1-2, p. 66-80, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59916819004>>. Acesso em: 22 julho 2016.

SISTEMA DE INFORMACIÓN SOBRE COMERCIO EXTERIOR. **México-Unión Europea**. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MEX_EU/MEX_EU_s.ASP>. Acesso em: 22 julho 2016.

Plan Oficial de Desarrollo 2001-2006. Disponível em: <<http://www.sagarpa.gob.mx/ganaderia/Publicaciones/Lists/Otros/Attachments/4/PND0106.pdf>>. Acesso em: 22 julho 2016.